



EDUCAÇÃO E DISPUTA TERRITORIAL NO BOLSÃO (MS): INTERFERÊNCIAS POLÍTICAS EM UMA REGIÃO MARCADA PELO LATIFÚNDIO

Alan da Silva Neves¹

Sedeval Nardoque²

Izabely Cristina da Silva Morais³

TRABALHO ACADÊMICO (X) - GT 16 - Educação do/no campo: camponeses, indígenas e quilombolas

RESUMO

O estado de Mato Grosso do Sul apresenta uma das maiores concentrações fundiárias do país, resultado de um processo histórico de apropriação privada da terra, marcado pela violência e pela predominância de grandes latifúndios rentistas, conforme discute Martins (1981). Nesse contexto, este artigo propõe discutir a influência da elite agrária na política estadual, especialmente no que se refere às políticas educacionais voltadas para as escolas do campo do Território Rural do Bolsão, situado na região Leste do estado e caracterizado pela alta concentração fundiária, pela presença da pecuária e pela expansão dos monocultivos de eucalipto, elementos que impõem diversas complexidades e desafios às escolas do campo. Para atingir esses objetivos, o presente trabalho adota uma metodologia qualitativa e crítica, baseada na revisão bibliográfica e na análise de materiais didáticos utilizados nas escolas do campo, incluindo aqueles produzidos por organizações ligadas ao agronegócio.

Palavras-chave: questão agrária; agronegócio; educação do campo; território rural do bolsão.

ABSTRACT

The state of Mato Grosso do Sul has one of the highest land concentration rates in Brazil, the result of a historical process of private land appropriation marked by violence and the predominance of large rentier estates, as discussed by Martins (1981). In this context, this article aims to examine the influence of the agrarian elite on state policies, particularly those related to educational initiatives directed at rural schools in the Território Rural do Bolsão, located in the eastern region of the state. This territory is characterized by high land concentration, the presence of cattle ranching, and the

¹ Mestrando do Curso de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS, alansilvat199@gmail.com

² Doutor em Geografia e docente do Curso de Graduação e Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, sedeval.nardoque@ufms.br

³ Graduada do curso de Geografia Licenciatura da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS, izabelyristina511@gmail.com



expansion of eucalyptus monocultures—elements that generate numerous complexities and challenges for rural schools. To achieve these objectives, the study adopts a qualitative and critical methodology based on a literature review and the analysis of didactic materials used in rural schools, including those produced by organizations linked to agribusiness.

Keywords: agrarian question; agribusiness; rural education; Bolsão Rural Territory.

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como finalidade abordar a temática educacional no contexto do Bolsão sul-mato-grossense, região fortemente influenciada pela presença do agronegócio e pela concentração fundiária. Esse contexto sociopolítico impõe inúmeros desafios à efetivação da educação formal, uma vez que a construção do currículo escolar torna-se um espaço de disputas, refletindo as contradições existentes no território.

As discussões em torno da questão agrária no Brasil possuem raízes históricas profundas, mas seguem sendo extremamente atuais. Isso se deve à permanência de um modelo fundiário concentrador, baseado na lógica do latifúndio, do rentismo e da desigualdade estrutural (Oliveira, 2017). No entanto, a problemática agrária não se limita às dinâmicas do campo: ela se insere no cerne dos debates sobre justiça social, redução das desigualdades e desenvolvimento econômico sustentável.

A Geografia, enquanto ciência ampla e multifacetada, oferece instrumentos para compreender os fenômenos espaciais materializados no território, o qual, em função de uma ocupação subordinada à ordem econômica dominante, manifesta profundos traços de desigualdade (Corrêa, 1986). No caso de Mato Grosso do Sul, essa desigualdade territorial se evidencia por meio de um dos maiores índices de concentração fundiária do país, resultado de um histórico de ocupação violenta e predatória. Inicialmente impulsionada pela exploração de recursos naturais e, posteriormente, pela introdução da pecuária extensiva e da atividade ervateira, protagonizada pela Companhia Matte Larangeira, essa ocupação consolidou um modelo excludente. O processo de monopolização do acesso à terra foi conduzido por uma aliança entre as elites agrárias e o Estado, que marginalizou os camponeses e cooptou as populações indígenas como força de trabalho barata, promovendo sua expulsão de territórios ancestrais (Amaral, 2014).

Uma das principais consequências do modelo de ocupação fundiária concentrada no Mato Grosso do Sul é a baixa densidade demográfica. Com uma extensão territorial de 357.142 km² e uma população de aproximadamente 2.757.013 habitantes, o estado apresenta uma densidade de apenas



XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA - JORNADA CARLOS WALTER PORTO-GONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

7,72 habitantes por km², ocupando a 9ª posição entre os estados brasileiros com menor densidade populacional, conforme dados do IBGE, de 2022. Como destacam Nardoque, Melo e Kudlavicz (2018), os imóveis rurais com até 200 hectares representam 69% do total de propriedades no estado, mas ocupam apenas 7% da área rural total. Em contrapartida, propriedades com mais de 1.000 hectares correspondem a apenas 9% do total, mas concentram 69% das terras, evidenciando a forte desigualdade fundiária.

Nesse contexto, este artigo propõe discutir a influência da elite agrária na política estadual, especialmente no que se refere às políticas educacionais voltadas para os territórios da reforma agrária. O foco da análise recai sobre a região do Território Rural do Bolsão, uma área de 45.929,9 km², essa região está localizada na porção leste do estado de Mato Grosso do Sul e é caracterizada por uma estrutura fundiária altamente concentrada, com predomínio da pecuária extensiva.

Nos últimos anos, observa-se também o avanço de monocultivos como a soja, a cana-de-açúcar e o eucalipto, reforçando a lógica do agronegócio na ocupação territorial (Borzzone, 2018). O Território Rural do Bolsão (TRB) abriga sete assentamentos da reforma agrária, que somam um total de 643 famílias assentadas, distribuídas em uma área de 18.418 hectares. O presente artigo parte do pressuposto de que há influências de grupos ligados ao agronegócio nas escolas rurais e urbanas das redes públicas de ensino. Destaca-se, nesse contexto, o Programa Agrinho, vinculado à FAMASUL, cuja atuação busca atenuar eventuais conflitos pelo uso e ocupação da terra, decorrentes do monopólio cada vez mais danoso da silvicultura.

METODOLOGIA

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, de caráter descritivo e crítico, fundamentada na análise bibliográfica e documental. Foram mobilizados autores da Geografia Agrária e da Educação, como Fernandes (2001), Corrêa (1986), Amaral (2014), Oliveira (2017), Freitas (2018) para embasar a discussão sobre a concentração fundiária em Mato Grosso do Sul e suas implicações no campo educacional. Para uma compreensão mais específica da situação do Bolsão no contexto da Geografia Agrária, foram analisados estudos de Nardoque, Melo e Kudlavicz (2018), e Baratelli e Almeida (2022), além de dissertações do Programa de Pós-Graduação em Geografia do Câmpus de Três Lagoas/MS, que abordam a complexidade da questão agrária nesse recorte territorial do estado.

A análise também contempla o Programa Agrinho, promovido pela FAMASUL, como expressão da atuação ideológica do agronegócio nas escolas públicas. Para isso, foram examinados materiais pedagógicos e conteúdos do programa disponíveis online, visando identificar o tipo de



discurso veiculado e sua relação com o modelo de desenvolvimento predominante no campo sul-mato-grossense. Essa metodologia permitiu uma leitura crítica das interferências políticas na educação rural, articulando as dimensões espacial, econômica e ideológica presentes na realidade agrária do estado.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O presente trabalho compreende que a questão agrária constitui-se como um dos principais temas da Geografia brasileira, especialmente no que se refere às discussões políticas, econômicas e sociais, como apontam autores como Martins (1981) e Oliveira (2010). A temática não pode ser entendida como restrita ao campo, pois a concentração e a limitação no acesso à terra moldaram profundamente a formação socioeconômica da sociedade brasileira, influenciando tanto as relações de trabalho quanto a organização do espaço nacional. Apesar disso, esse debate é frequentemente negligenciado nos currículos escolares de Geografia, que, embora defendam uma formação integral e cidadã, ainda não incorporam a questão agrária como eixo central na compreensão das contradições sociais e territoriais do Brasil.

A origem da desigualdade no acesso à terra no Brasil remonta ao período colonial, quando o povoamento se concentrou no litoral, e o acesso às terras era restrito a nobres e súditos leais à Coroa portuguesa, que invadiram e ocuparam territórios até então habitados por povos indígenas (Stedile, 2011). O território, nesse contexto, pode ser compreendido como um espaço delimitado e controlado por relações de poder, sendo, portanto, objeto constante de conflitos e disputas sociais, como destacam Paulino e Almeida (2010).

É mister destacar que o território ganha importância na Geografia brasileira como conceito explicativo da realidade, principalmente nos estudos de influência marxista em que o território é compreendido a partir do conflito social, ou seja, espaço em disputa. Neste sentido, vale lembrar que “O que faz com que uma região da terra seja um território de caça é o fato das tribos caçarem nela” (Marx, 1985, p. 87). Portanto, é inerente ao conceito de território as lutas sociais, porque ele “é produto concreto da luta de classes travada pela sociedade no processo de produção de sua existência” (Oliveira, 1999, p. 74). (Paulino, Almeida, 2010, p. 16).

Assim, compreende-se o território como uma construção social marcada pelas contradições inerentes ao modo de produção capitalista. A lógica econômica inicial do Brasil baseou-se na exploração dos recursos naturais, primeiramente com o extrativismo de madeiras nobres, como o pau-brasil, e posteriormente com a introdução de monocultivos, como a cana-de-açúcar, permitindo o acúmulo de capital e a formação de uma elite econômica vinculada à terra (Teixeira, 2011). Conforme



destaca Martins (1981), a Lei de Terras de 1850 criou as condições legais para o predomínio da terra como mercadoria, comercializada pelo grande capital, impedindo o acesso à propriedade àqueles que não podiam pagar, como camponeses e ex-escravos.

Nesse sentido, Oliveira (2010) destaca que o caso brasileiro apresenta especificidades no desenvolvimento capitalista do campo, pois, diferentemente dos países centrais, o latifúndio não representou um obstáculo à expansão do capitalismo no campo. Pelo contrário, no Brasil, o proprietário de terras e o capitalista se fundem em uma mesma figura, capaz de auferir renda da terra e extrair valor do trabalho sobre toda a sociedade, perpetuando uma estrutura fundiária concentradora e excludente.

Quando na agricultura o capitalista e o proprietário da terra são personagens distintas, objetivamente separadas e contrapostas, só após completado o processo todo é que o capitalista entrega (transferindo) ao proprietário a renda da terra. Quando ambos estão unificados em uma mesma pessoa, ele embolsa não só o lucro médio como também a renda da terra. É fundamental esclarecer, que esta situação não elimina a contradição entre terra e capital, apenas a mascara. (Oliveira, 2010, p. 6).

Essa condição particular é possível devido ao monopólio exercido pela classe proprietária sobre toda a sociedade, o que permite a extração da mais-valia social, uma vez que a terra, mesmo improdutiva, continua a render. Essa renda é, em última instância, paga por toda a sociedade, garantindo a continuidade da produção de alimentos e da acumulação capitalista (Oliveira, 2010). Nesse sentido, nos países centrais, como França e Estados Unidos, uma das ferramentas encontradas pelo capital para reduzir o poder concentrador dos grandes proprietários foi a reforma agrária, medida que desfez monopólios fundiários e ampliou o número de propriedades voltadas à produção de alimentos, possibilitando a reprodução da classe trabalhadora por meio de preços acessíveis aos bens alimentares (Paulino; Almeida, 2010).

O caso brasileiro apresenta especificidades, pois, como aponta Martins (1981), não houve um rompimento entre a classe dos proprietários de terra e os capitalistas, sendo esses mesmos sujeitos que promoveram a industrialização nas cidades, mantendo o monopólio sobre a propriedade fundiária. Portanto, o latifúndio não constituiu um entrave ao desenvolvimento capitalista, mas sim uma de suas bases estruturantes no Brasil. Seguindo essa lógica, o desenvolvimento capitalista em Mato Grosso do Sul reproduz a mesma aliança entre terra e capital (Almeida, 2011), sustentando-se em um modelo latifundiário voltado à pecuária extensiva e à produção de commodities, como soja, açúcar e celulose, prioritariamente destinadas à exportação Nardoque, Melo e Kudlavicz, (2018).



A região do Bolsão sul-mato-grossense apresenta especificidades significativas no que se refere à questão agrária e à educação, sobretudo diante da expansão do complexo eucalipto–papel–celulose. Essa dinâmica pressiona as populações rurais, altera profundamente o modo de vida tradicional do campo e repercute diretamente nas escolas da região, que passam a refletir as transformações do território. Como aponta Camacho (2010), o modelo agrícola hegemônico prioriza a exportação em detrimento das necessidades locais, aprofundando as desigualdades sociais e comprometendo a soberania alimentar, sendo que a região do bolsão não se constituiu historicamente como camponesa, mas a crescente presença do monocultivo de eucalipto reduziu ainda mais a produção de alimentos na região, como demonstra Ferreira (2022).

O modelo de monocultura do eucalipto fragiliza o meio ambiente e contribui diretamente para o êxodo rural, uma vez que a substituição de áreas de pastagens por arrendamentos ou compras de fazendas destinadas ao plantio de eucalipto reduziu significativamente a necessidade de mão de obra no campo. Esse processo é visível nos distritos de Três Lagoas: em 2000, Arapuá contava com 1.911 moradores e Garcias com 2.301; em 2020, esses números caíram para 1.586 e 1.967, respectivamente (Almeida; Dubos-Raou, 2022). Segundo os autores, a diminuição da população rural nesses distritos repercutiu diretamente nas escolas locais. A Escola Municipal Elma Garcia Lata Batista, localizada em Garcias, foi fechada em 2018 devido ao baixo número de matrículas, enquanto a Escola Estadual Afonso Francisco Xavier Trannin apresentou queda de 107 alunos entre 2010 e 2017, passando de 536 para 429 (Macedo; Nardoque, 2018).

O fechamento de escolas, como destacado por Almeida e Dubos-Raou (2022), reduz significativamente o senso comunitário das populações rurais e precariza ainda mais a vida dos estudantes, que passam a se deslocar por até quatro horas diárias para frequentar escolas localizadas nas áreas urbanas. De acordo com o Plano Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul (PEE-MS), a meta 2, referente ao ensino fundamental, em sua estratégia 2.13, prevê “garantir, independente do número de estudantes, a oferta do ensino fundamental para as populações do campo, povos das águas, indígenas e quilombolas, nas próprias comunidades, buscando a universalização dessa etapa” (Mato Grosso do Sul, 2014, p. 25). Assim, a utilização do baixo número de matrículas como justificativa para o fechamento de escolas contraria o que estabelece o PEE-MS, contribuindo para a precarização do acesso à educação e para a negação do direito à escola aos estudantes do ensino fundamental da região de Garcias, sendo esse modelo de agronegócio incompatível com o direito à educação dos povos do campo.



Como destaca Bersani (2022), a presença e a expansão do complexo eucalipto–papel–celulose na região de Três Lagoas foram viabilizadas por meio de amplos investimentos estatais, materializados em incentivos fiscais, isenções tributárias e financiamentos concedidos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O autor ressalta o caráter ideológico presente nos projetos socioambientais promovidos pelas empresas Fibria/Suzano e Eldorado Brasil, os quais, sob o discurso de sustentabilidade e responsabilidade social, atuam junto às comunidades locais de forma a mitigar tensões e neutralizar conflitos. Tais iniciativas, entretanto, cumprem a função de legitimar a presença do grande capital no campo, reproduzindo a lógica de subordinação territorial e social típica do agronegócio brasileiro.

Desafios educacionais no contexto da presença de empresas de celulose e papel

A construção teórica acerca da questão agrária no estado pode ser trabalhada em sala de aula de forma didática, articulando conceitos acadêmicos com o cotidiano e a realidade vivida pelos alunos. Tanto o Currículo de Mato Grosso do Sul (2020) quanto a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2018) oferecem abertura para essa abordagem, ao proporem uma formação pautada no desenvolvimento do pensamento crítico e na constituição de sujeitos capazes de compreender e transformar a realidade social em que estão inseridos.

O ensino da Geografia deve garantir que o estudante compreenda melhor o mundo em que vive tornando-o um agente de transformação social, um protagonista diante do mundo que o cerca. Sendo assim, os conteúdos precisam ser abordados de forma contextualizada, ou seja, além de relacioná-los à realidade vivida do estudante, é preciso situá-los no contexto histórico, nas relações políticas, sociais, econômicas, culturais e em manifestações espaciais concretas, utilizando diversas escalas geográficas. (Mato Grosso do Sul, 2020, p. 649).

Como destaca o Currículo do Estado de Mato Grosso do Sul (2020), o ensino de Geografia deve possuir caráter integrador, articulando diferentes competências e saberes construídos ao longo da formação escolar, de modo a capacitar o aluno intelectualmente para compreender e intervir em sua realidade. O documento mantém estreita relação com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2018), ao propor o desenvolvimento de uma “visão geográfica de mundo”, ou seja, formar sujeitos capazes de interpretar criticamente as relações sociais, econômicas e ambientais em múltiplas escalas do local ao global. O elo entre esses princípios encontra-se na compreensão dos fenômenos sociais por meio da análise do espaço geográfico, conforme enfatiza a própria BNCC (2018):



XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA - JORNADA CARLOS WALTER PORTO-GONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

Para tanto, é preciso que os alunos ampliem seus conhecimentos sobre o uso do espaço em diferentes situações geográficas regidas por normas e leis historicamente instituídas, compreendendo a transformação do espaço em território usado – espaço da ação concreta e das relações desiguais de poder, considerando também o espaço virtual proporcionado pela rede mundial de computadores e das geotecnologias. Desenvolvendo a análise em diferentes escalas, espera-se que os estudantes demonstrem capacidade não apenas de visualização, mas que relacionem e entendam espacialmente os fatos e fenômenos, os objetos técnicos e o ordenamento do território usado. (Brasil, 2018, p. 381).

Esta pesquisa busca corroborar a hipótese de que, diante do predomínio da concentração fundiária e dos antigos e profundos vínculos entre as elites locais e o Estado, essa influência também se estende ao campo educacional, sobretudo nas escolas rurais da região do Bolsão. Um dos principais programas educacionais vinculados ao agronegócio com atuação direta nessas escolas é o Programa Agrinho, criado pela Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul (FAMASUL) em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR). O programa tem como objetivo declarado promover a educação e a “responsabilidade social”, atuando em escolas públicas e privadas por meio da distribuição de cartilhas e revistas voltadas à discussão de temas ambientais. No entanto, na prática, tais materiais reproduzem uma perspectiva alinhada aos interesses do agronegócio, contribuindo para naturalizar sua presença e legitimar suas práticas no espaço rural. Conforme ilustrado na figura abaixo:



XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA - JORNADA CARLOS WALTER PORTO-GONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

Figura 1: Cartilha do projeto Agrinho (2023), intitulada “As Invenções da Agricultura”.



Cartilha 05

As Invenções e a Agricultura

Um passeio pela história da agricultura, das primeiras ferramentas às tecnologias atuais. Mostra como o campo evoluiu para alimentar o mundo e homenageia o produtor rural.

Fonte: Fonte: Senar MS, 2025.

De acordo com dados disponibilizados pelo site do SENAR-MS (2023), o Programa Agrinho contou com a participação de cerca de 150 mil estudantes, distribuídos em 572 escolas públicas e privadas, sendo voltado principalmente aos anos iniciais do ensino fundamental. Embora o projeto apresente propostas lúdicas e atrativas, as cartilhas utilizadas carecem de criticidade em seus conteúdos, reproduzindo uma visão simplificada e ideologizada do campo. Na cartilha ilustrada na Figura 1, por exemplo, o processo histórico da agricultura é apresentado de forma linear, tratando a chamada “revolução verde” como sinônimo de modernização e progresso, sem problematizar seus impactos sociais e ambientais sobre o campesinato e a produção de alimentos. Tal perspectiva pode ser observada no trecho em que o material define: “1960 – Revolução Verde, marcada pela disseminação de tecnologias agrícolas baseadas em melhoramentos genéticos, técnicas de cultivo e compostos químicos. Aumento importante da produção agrícola em países subdesenvolvidos como a



XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA - JORNADA CARLOS WALTER PORTO-GONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

Índia e o Brasil” (Senar MS, 2025, p. 24). Autores clássicos para se compreender a realidade agrária brasileira como Martins (1981) e Oliveira (2010) não são abordados, o que indica uma clara intencionalidade dos autores.

O programa Agrinho do Senar/MS chega em 2023 com aproximadamente 150 mil alunos inscritos de escolas públicas e privadas de Mato Grosso do Sul. Com parceria das secretarias de educação e os Sindicatos Rurais, foram alcançados 76 municípios e 572 escolas do estado. [...]“Um projeto educacional bem planejado e implementado desempenha um papel crucial na formação dos alunos, fornecendo conhecimento, habilidades e oportunidades de crescimento pessoal. Ao mesmo tempo, ele apoia e capacita os professores, fornecendo-lhes orientação pedagógica, desenvolvimento profissional e suporte necessário para promover uma educação de qualidade”, afirma. (Senar MS, 2025, s/p).

Loureiro e Lamosa (2015) destacam que a atuação de organizações vinculadas ao agronegócio na educação não é recente, tampouco desprovida de intencionalidades. Desde a década de 1990, a Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG) tem investido na difusão do conceito de “agricultura sustentável”, isto é, na ideia de que o agronegócio pode ser socialmente equilibrado, contribuindo para a soberania alimentar e minimizando os impactos ambientais. Para alcançar tal objetivo, instituições ligadas a esse setor atuam fortemente nos meios de comunicação e na educação, elaborando cartilhas e materiais didáticos destinados ao trabalho em sala de aula. Como observa Lemes (2014), a educação ambiental promovida por esses grupos tende a omitir conflitos e contradições sociais, deslocando para o indivíduo a responsabilidade pelos problemas ambientais. Essa lógica é evidenciada, por exemplo, na Figura 2, que ilustra uma campanha de combate a incêndios e revela, de forma sutil, as intenções ideológicas subjacentes às ações dessas organizações.



XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA - JORNADA CARLOS WALTER PORTO-GONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

Figura2: Panfleto Reflore MS, destacando campanha contra incêndios.



Fonte: Reflore MS, 2025.

A cartilha produzida pelo Reflore-MS, associação que reúne empresas do setor de base florestal, conforme divulgado no site da FAMASUL, tem como objetivo ser distribuída nas escolas da região, apresentando conteúdos que induzem à comparação entre as plantações de eucalipto e as florestas nativas do Cerrado. Essa estratégia se insere na lógica empresarial de atenuar conflitos socioambientais, buscando naturalizar a presença da silvicultura como equivalente às formações florestais originais, o que se revela falacioso. Como demonstra Camacho (2010), os impactos ambientais da silvicultura são expressivos, abrangendo desde o consumo excessivo de água até a drástica simplificação da biodiversidade. Dessa forma, a equiparação entre monoculturas de eucalipto e florestas nativas é cientificamente equivocada e ecologicamente insustentável.

A relação entre monocultura e latifúndio tem formado uma combinação impactante socioambientalmente. Tendo como principais cultivos a cana, a soja e o eucalipto, os agroecossistemas simplificados do agronegócio requerem a utilização cada vez maior de agroquímicos para combater pragas e garantir a produtividade, ocasionando grandes impactos a nossa sociobiodiversidade. (Camacho, 2010, p.170).



Como argumenta Camacho (2010), com base em Oliveira (1994), os impactos e danos ambientais decorrentes desse modelo de exploração atendem prioritariamente aos interesses de corporações internacionais, no contexto de uma economia mundializada em que o Brasil ocupa posição subordinada na divisão internacional do trabalho. Nesse sentido, a exploração dos trabalhadores e dos recursos naturais passa a ocorrer em função das demandas do capital estrangeiro, reforçando a dependência estrutural e aprofundando as desigualdades sociais no campo brasileiro.

A sociedade se move, se agita. Os grandes grupos econômicos vão implantando seus grandes projetos de exploração/expropriação das riquezas naturais do país. E em nome do “exportar é o que importa”, a riqueza produzida no Brasil não tem conseguido pagar a impagável dívida externa que estes mesmos trabalhadores não fizeram. O lugar do Brasil no contexto do capitalismo monopolista se redefiniu, redefinindo o lugar internacional do trabalho dos trabalhadores brasileiros. O país produz para as nações avançadas consumirem. E objetivando produzir para exportar, o país endividouse e foi endividado. A lógica da dívida não é e é, ao mesmo tempo, nacional. A economia brasileira internacionalizou-se, mundializou-se no seio do capitalismo mundial. (Oliveira, 1994, p. 136, apud Camacho, 2010, p. 177).

Assim, essa temática possibilita ao professor desenvolver uma reflexão crítica acerca de quem se apropria da riqueza produzida pelas empresas instaladas na região do Bolsão sul-mato-grossense, articulando o debate entre território, trabalho e desigualdade social. Tal perspectiva dialoga diretamente com as competências previstas no Currículo de Mato Grosso do Sul, que reconhecem a importância de formar sujeitos críticos, capazes de compreender as contradições presentes em seu espaço vivido e de atuar na transformação da realidade.

Os dados oficiais da Famasul, (2023) evidenciam o quanto o projeto Agrinho está inserido nas escolas de Mato Grosso do Sul. Nesse contexto, Fernandes (2001) destaca a dicotomia de projetos presentes no campo brasileiro: de um lado, propostas que sustentam a permanência do modelo capitalista, com a manutenção da monocultura, do latifúndio e da produção de transgênicos; de outro, a atuação de movimentos sociais, ONGs e pastorais que defendem a reforma agrária, o fim da monocultura e uma produção alimentar soberana, tendo como alternativa viável a agroecologia. Assim, projetos como o Núcleo de Estudo em Agroecologia e Produção Orgânica (NEA), com atuação no Bolsão (UFMS, 2023), são fundamentais, promovendo encontros entre camponeses e desenvolvendo cartilhas pedagógicas sobre sementes crioulas.

Um dos principais movimentos da política nacional nos últimos anos é a ascensão da extrema-direita, conforme aponta Freitas (2018), que se utiliza de discursos, propagandas e fake news para se promover. Nesse contexto, organizações e movimentos sociais de luta pela terra tornam-se alvos frequentes de ataques. Diante disso, pesquisas que analisam a situação das escolas no campo e na



XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA - JORNADA CARLOS WALTER PORTO-GONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

cidade tornam-se cada vez mais necessárias, considerando o ambiente de disputa ideológica e de narrativas, cada vez mais presente na educação nacional, sendo cada vez maior a disputa de narrativas entre a educação crítica nas escolas e a educação voltada aos interesses da agricultura capitalista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, é possível afirmar que a questão agrária no Mato Grosso do Sul permanece marcada pela histórica concentração fundiária e pelas desigualdades sociais resultantes de um modelo econômico centrado no latifúndio, na monocultura e na exclusão de camponeses e povos originários. Essa estrutura se reflete não apenas na ocupação do território, mas também nas relações de poder que permeiam as políticas públicas, inclusive no campo educacional. A atuação de programas como o Agrinho, promovido por entidades ligadas ao agronegócio, evidencia a tentativa de influenciar a formação ideológica nas escolas, promovendo uma imagem positiva do agronegócio e silenciando os conflitos sociais e ambientais existentes no campo.

Nesse cenário, torna-se urgente ampliar o debate sobre o papel da educação no meio rural, reconhecendo os projetos políticos em disputa e valorizando práticas pedagógicas que contemplem a agroecologia, a justiça social e a soberania alimentar. Iniciativas como os Núcleos de Estudos em Agroecologia (NEA), que promovem o diálogo entre camponeses e produzem materiais educativos críticos, mostram-se como alternativas viáveis e necessárias para construir uma educação verdadeiramente emancipadora. Assim, este trabalho reafirma a importância de analisar criticamente as interferências políticas no ensino, sobretudo em regiões marcadas pela ausência de conflitos e predomínio do latifúndio, como o Bolsão sul-mato-grossense.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS/MEC – Brasil e também, com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior Brasil (Capes).

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. Aliança terra-capital em Mato Grosso do Sul: redefinições no campo e na cidade. In: Edima Aranha Silva; Rosemeire Aparecida de Almeida. (Org.). **Território e territorialidades em Mato Grosso do Sul**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011, v. 1, p. 103-134.



AMARAL, Maxwell da Silva. A marcha para o Oeste e a colonização da fronteira sul do atual Mato Grosso do Sul: deslocamentos, políticas e desafios. *Fronteiras*, [S. l.], v. 16, n. 28, p. 153–165, 2014.

BERSANI, André Ricardo dos Santos. **TERRITORIALIZAÇÃO DO SETOR DE CELULOSE E A PEDAGOGIA POLÍTICA DA DOMINAÇÃO BURGUESA**: a atuação da FIBRIA/Suzano em Mato Grosso do Sul. 2022. 329 f. Tese (Doutorado) - Curso de Geografia Humana, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciência Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.

BORZONE, CLARIANA VILELA. **MULHERES CAMPONESAS NO TERRITÓRIO RURAL DO BOLSÃO/MS**: PROTAGONISMO, RESISTÊNCIAS E CONTRADIÇÕES. 2018. 168p. Dissertação (Pós-Graduação em Geografia) – UFMS - Três Lagoas, MS.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_sit e.pdf.

CAMACHO, Rodrigo Simão. A barbárie moderna do agronegócio-latifundiário-exportador e suas implicações socioambientais. *Agrária (São Paulo. Online)*, n. 13, p. 169-195, 2010.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e organização espacial**. Editore Ática, 1986.

DUBOS-RAOUL, Marine, ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. A chegada do eucalipto no município de Três Lagoas (MS) na percepção dos moradores das comunidades rurais de Arapuá e Garcias: entre a sujeição e a resistência territo. *Revista NERA*, v. 25, n. 64, p. 44-71, 2022.

FERNANDES, B.M. **Questão Agrária Pesquisa e MST**. São Paulo: Cortez, 2001.

FERREIRA, Jhiovanna Eduarda Braghin. **Questão agrária, soberania e segurança alimentar e resistência camponesa por meio da agroecologia no leste de Mato Grosso do Sul. 2022**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós Graduação em Geografia, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Três Lagoas, 2022.

FREITAS, Luiz Carlos de. **A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias**. Expressão popular, 2018.

LEMES, Mariana Santos. **Territorialização do capital e as contradições da educação do campo na microrregião de Três Lagoas (MS)**. 2014. 175 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2014.

LOUREIRO, Carlos Frederico; LAMOSA, Rodrigo. A educação ambiental e o papel das escolas públicas na valorização da imagem do agronegócio. *Comunicações*, Piracicaba, n. 2, p. 109-133, ed. especial, 2015.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. Rio de Janeiro: Vozes, 1981.

MATO GROSSO DO SUL (ESTADO). **Currículo de Referência de Mato Grosso do Sul: educação infantil e ensino fundamental**. Campo Grande: SED, 2020. Disponível em: https://www.sed.ms.gov.br/wp-content/uploads/2020/02/curriculo_v110.pdf



MATO GROSSO DO SUL. **Plano Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul: 2014–2024**. Campo Grande: Secretaria de Estado de Educação, 2014. Disponível em: <https://www.sed.ms.gov.br/wp-content/uploads/2015/05/pee-ms-2014.pdf>

NARDOQUE, Sedeval; MELO, Danilo Souza; KUDLAVICZ, Mieceslau. Questão agrária em Mato Grosso do Sul e seus desdobramentos pós-golpe de 2016. **Revista OKARA: Geografia em debate**, v. 12, n. 2, p. 624-648, 2018.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Agricultura e indústria no Brasil**. TERRITÓRIO: revista de geografia agrária, v.5, n.10, p. 5-64, ago. 2010.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A mundialização da agricultura brasileira**. São Paulo: Iande, 2017.

PAULINO, Eliane Tomiasi; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Terra e Território: a questão camponesa no capitalismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2010. (Geografia em Movimento).

PEREIRA, José. Sistema Famasul e Senar/MS divulgam finalistas do Agrinho 2023; **famasul**. Disponível em: < <https://portal.sistemafamasul.com.br/noticias/sistema-famasul-e-senarms-divulgam-finalistas-do-agrinho-2023>>; Acesso em: 18/07/2025.

Programa Educacional "Agronegócio na Escola"; **abagrp**. Disponível em: <<https://www.abagrp.org.br/programa-educacional-agronegocio-na-escola>>. Acesso em: 18/07/2025.

REFLORE-MS. **Associação Sul-Mato-Grossense de Produtores e Consumidores de Florestas Plantadas**. Disponível em: <https://reflore.com.br/>.

RODRIGUES, Francielle de Macedo Sanches; NARDOQUE, Sedeval. As contradições do cerceamento das políticas públicas para a educação do campo em Três Lagoas (MS): Escola Estadual Afonso Francisco Xavier Trannin e Escola Municipal Profa. Elma Garcia Lata Batista. **Revista Campo-Território**, Uberlândia, v. 13, n. 31, 2019.

SENAR MS. **Agrinho 2023 tem recorde de escolas inscritas, afirma**. Campo Grande: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural de Mato Grosso do Sul, 2025. Disponível em: <https://agrinhoms.com.br/noticias/agrinho-2023-tem-recorde-de-escolas-inscritasafirma>.

STÉDILE, João Pedro. **Questão agrária no Brasil v. 1. O debate tradicional, 1500 1960**. In: **Questão agrária no Brasil v. 1. O debate tradicional, 1500-1960**. 2005. p. 303-303.

TEIXEIRA, Jodenir Calixto. **A QUESTÃO AGRÁRIA NO PROCESSO HISTÓRICO BRASILEIRO**: breves considerações. Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros, Seção Três Lagoas, p. 135-154, 2011.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL (UFMS). **Projeto dinamiza a agricultura familiar na região do Bolsão**. 12 jan. 2023. Disponível em: <https://www.ufms.br/projeto-dinamiza-a-agricultura-familiar-na-regiao-do-bolsao/>. Acesso em: 18 jul. 2025.